

# UM OLHAR SOBRE A RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADE NA FLORESTA AMAZÔNICA

Cândido Moreira Rodrigues<sup>1</sup>

Fernanda Aparecida Antunes de Arruda<sup>2</sup>

Giseli Dalla Nora<sup>3</sup>

José Carlos Marinho da Silva<sup>4</sup>

Onélia Carmem Rossetto<sup>5</sup>

## Resumo

A floresta amazônica se caracteriza como um dos maiores patrimônios naturais da humanidade, sendo regionalizada de acordo com sua ocupação territorial, em Amazônia legal, apropriando-se de faixas dos sete estados da região norte, oeste do Maranhão e norte de Mato Grosso. Além da Amazônia internacional, incorporando áreas do território brasileiro e outros países localizados ao extremo norte da América do Sul. Sua condição natural é caracterizada por clima equatorial, sem estação definida, floresta arbórea, latifoliada, perene, sendo dividida em três grandes áreas: mata de igapó, várzeas e terra firme.

Diante de um novo cenário geopolítico mundial, caracterizado principalmente após a década de 90 do século XX, com a nova ordem mundial, persistem diante deste cenário, ações externas de cunho capitalista e intercâmbio cultural. A presente pesquisa tem por objetivo abordar a resistência de comunidades tradicionais na floresta amazônica e a garantia dos direitos exercidos sobre o espaço. A metodologia realizada será pesquisa bibliográfica através da utilização de revistas, livros, artigos, teses, dissertações e a utilização de websites.

A relação direta entre o capital e meio ambiente a busca pela sustentabilidade e os conflitos fundiários, são assuntos chaves abordados. É perceptível que os grandes eventos e conferências ambientais, foram preponderantes no desenvolvimento de metas, ações e acordos entre os países, visando a preservação ambiental e atividades econômicas conservacionistas. Tais preocupações com os problemas ambientais ao longo dos anos vêm se intensificando e durante a última década do século XX ocorreu a

---

<sup>1</sup> Doutor em História (PPGHIS - UNESP) Graduado em História e Mestre em História (UNESP)

<sup>2</sup> Mestranda em História (PPGHIS – UFMT) Graduada em Pedagogia e História (UFMT)

<sup>3</sup> Doutora em Educação (IE – UFMT). Graduada em Geografia e Mestra em Geografia (UFMT)

<sup>4</sup> Mestrando em Geografia (PPGEO – UFMT) Graduado em Geografia (UFMT)

<sup>5</sup> Doutora em Geografia Agrária (UFMT)

ECO 92 cuja sede foi o Brasil, sendo realizada no Rio de Janeiro uma Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, no ano de 1992 que teve por objetivo, renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e estabelecer medidas de cunho socioambiental, para chamar a atenção sobre os impactos já existentes na floresta amazônica, observados a partir da exploração da borracha, no final do século XIX e expandida no século XX, a partir do projeto de integração nacional, com a construção de rodovias, hidrelétricas e aumento do contingente migratório. O retrato da população negra, residente em comunidades quilombolas da região, com grande incidência no estado do Pará. Ribeirinhos, ocupantes de vastas áreas em meio a floresta amazônica, com predomínio sobre as várzeas da bacia amazônica. Produtores familiares e extrativistas que utilizam a floresta como cenário para aquisição do capital, através da exploração, mineral, animal ou vegetal, bem como, atividades de subsistência e, que são utilizados como base para apresentação das características locais e do cenário destrutivo diante dos interesses de latifundiários e grande organizações empresariais.

O retrato do território brasileiro, frente às ações de promoção do Estado e integração nacional, constitui a história fundiária no nosso país. Carlos (2007), enfatiza as ações pioneiras e políticas públicas rurais destinada principalmente ao grande produtor, como subsídios governamentais, financiamentos em longo prazo e acesso aos organismos transgênicos no século XX, que expandiram a formação de latifúndios sobre o nosso país e proporcionaram a migração campo cidade. De acordo com o IBGE, desde a década de 70, o Brasil é considerado um país urbanizado. Urbanização acelerada, sem planejamento, ocorrida na segunda metade do século XX, diante das transformações relacionadas ao modelo socioeconômico do país. Deixando de ser agroexportador e passando a ser caracterizado como urbano industrial.

A industrialização tardia e a ausência de políticas habitacionais, resultaram em ocupações irregulares por todo o território, com situações agravantes em áreas de maior densidade demográfica, com destaque na região norte para as capitais do Amazonas e Pará. Sabe-se que desde o período colonial as políticas públicas, voltadas a organização fundiária, foram excludentes, reduzindo as possibilidades de aquisição de terras, por parte de negros e outros grupos marginalizados. Relação de exclusão social, justificada historicamente pela exploração de negros e índios, como mão de obra para as atividades agropecuárias. Episódios como a grilagem, ocupação de terras públicas e privadas de forma irregular, através de documentos falsificados. Lei de terras, privilegiando o

acesso a propriedades pela população de maior poder financeiro e a ausência de reforma agrária, como vistas em outros países de condições socioeconômicas semelhantes ao Brasil. São fatores resultantes das desigualdades fundiárias, que promovem os conflitos fundiários e vitimizam milhares de pessoas anualmente em nosso país. De acordo com a constituição brasileira, a moradia e o acesso a terra é dever do Estado e deve ser garantido pelo poder público. Logo quando essas ações não são correspondidas, se torna direito do cidadão a ocupação.

A expansão urbana e a formação da Matopiba dentro do nosso território, expressa a ocupação crescente sobre a floresta amazônica e ações discriminatórias diante de políticas públicas ambientais cada vez mais frágeis, que resultam em impactos ambientais e sociais sobre o espaço. A região norte é a maior região em extensão territorial do nosso país, sendo a segunda menos populosa e com diversos vazios demográficos, devido a ocupação da floresta fechada, bem como dos rios que constituem a bacia amazônica. É a região brasileira de acordo com o IBGE (2010), com a maior concentração de indígenas e cerca de 70% dos seus habitantes se autodeclararam negros no último censo demográfico do ano de 2010.

Negros, indígenas e outros grupos oriundos ou não de comunidades tradicionais, sofrem em meio ao século XXI, ações diversificadas que promovem exclusão e práticas discriminatórias. Diversas reportagens apresentadas em sites e jornais de notícias, expressam a resistência e a luta por direitos dentro da região amazônica. A exploração sexual infantil, discriminação de gênero e a desigualdade social, são características marcantes diante das ações interventivas, pelo Estado e por grupos multinacionais. Becker (2010) relaciona as ações exógenas como cunho prevalecente no arranjo cultural da floresta e estabelece os impactos diante desta intervenção socioeconômica. Santos (1996) expõe diante da geografia crítica e do mundo globalizado a relação contribuinte para o aumento da desigualdade social, diante dos avanços tecnológicos, a partir da revolução técnico científica informacional e dos arranjos que possibilitam maior concentração de investimentos e riquezas dentro do Brasil.

O território, sendo uma categoria de análise da geografia, conceituado de diversas formas, se apresentada como um espaço que se usufrui da relação de poder dos indivíduos presentes, porém as ações contemporâneas estabelecem a desterritorialização do espaço e das tradições locais. As ações de resistência na Amazônia e outras áreas ocupadas, no Brasil e no mundo, precisam ser contínuas. Possibilitando a permanência

das comunidades tradicionais, bem como das atividades econômicas e rituais herdadas entre diversas gerações.

**Palavras-chave:** Territorialidade. Resistência. Comunidades Tradicionais. Floresta Amazônica.

### **Abstract**

The Amazon forest is characterized as one of the greatest natural heritages of humanity, being regionalized according to its territorial occupation, in Legal Amazon, appropriating strips of the seven states in the north, west of Maranhão and north of Mato Grosso. In addition to the international Amazon, incorporating areas of Brazilian territory and other countries located in the extreme north of South America. Its natural condition is characterized by an equatorial climate, without a defined season, arboreal, broadleaved, perennial forest, being divided into three large areas: Forest of igapó, floodplains and dry land. Faced with a new global geopolitical scenario, characterized mainly after the 1990s of the 20th century, with the new world order, external actions of a capitalist nature and cultural exchange persist in this scenario. This research aims to address the resistance of traditional communities in the Amazon forest and the guarantee of rights exercised over space. The methodology carried out will be bibliographic research through the use of magazines, books, articles, theses, dissertations and the use of websites.

The direct relationship between capital and the environment, the search for sustainability and land conflicts are key issues addressed. It is noticeable that the major environmental events and conferences were preponderant in the development of goals, actions and agreements between countries, aiming at environmental preservation and conservationist economic activities. Such concerns about environmental problems over the years have intensified and during the last decade of the 20th century, ECO 92 whose headquarters was Brazil, with a United Nations Conference on the environment and development being held in Rio de Janeiro, in 1992, with the objective of renewing the political commitment to sustainable development and establishing socio-environmental measures, to draw attention to the already existing impacts on the Amazon forest, observed from the exploitation of rubber, in the late nineteenth century and expanded in the twentieth century, from the national integration project, with the construction of

highways, hydroelectric plants and increase in the migratory contingent. The portrait of the black population, residing in quilombola communities in the region, with great incidence in the state of Pará. Ribeirinhos, occupants of vast areas in the middle of the Amazon forest, with a predominance over the floodplains of the Amazon basin. Family and extractive producers who use the forest as a setting for capital acquisition, through exploration, mineral, animal or plant, as well as subsistence activities, which are used as a basis for presenting local characteristics and the destructive scenario in view of the interests landowners and large business organizations.

The portrait of the Brazilian territory, in the face of actions to promote the State and national integration, constitutes the agrarian history in our country. Carlos (2007) emphasizes pioneering actions and rural public policies aimed mainly at large producers, such as government subsidies, long-term financing and access to transgenic organisms in the 20th century, which expanded the formation of large estates over our country and provided migration countryside city. According to the IBGE, since the 70s, Brazil has been considered an urbanized country. Accelerated, unplanned urbanization that took place in the second half of the 20th century, given the transformations related to the country's socioeconomic model. It stopped being an agro-exporter and started to be characterized as an industrial urban.

The portrait of the Brazilian territory, in the face of actions to promote the State and national integration, constitutes the agrarian history in our country. Carlos (2007) emphasizes pioneering actions and rural public policies aimed mainly at large producers, such as government subsidies, long-term financing and access to transgenic organisms in the 20th century, which expanded the formation of large estates over our country and provided migration countryside city. According to the IBGE, since the 70s, Brazil has been considered an urbanized country. Accelerated, unplanned urbanization that took place in the second half of the 20th century, given the transformations related to the country's socioeconomic model. It stopped being an agro-exporter and started to be characterized as an industrial urban.

Late industrialization and the absence of housing policies resulted in irregular occupations throughout the territory, with aggravating situations in areas of greater demographic density, especially in the northern region of the capitals of Amazonas and Pará. It is known that since the colonial period public policies, aimed at land organization, were excluding, reducing the possibilities of land acquisition by blacks and other marginalized groups. A relationship of social exclusion, historically justified

by the exploitation of blacks and Indians as labor for agricultural activities. Episodes such as land grabbing, illegal occupation of public and private lands, through falsified documents. Land law, favoring the access to properties by the population with greater financial power and the absence of agrarian reform, as seen in other countries with socioeconomic conditions similar to Brazil. These are factors resulting from land tenure inequalities, which promote land conflicts and victimize thousands of people annually in our country. According to the Brazilian constitution, housing and access to land is a duty of the State and must be guaranteed by the public authorities. As soon as these actions are not matched, it becomes the citizen's right to occupation.

Urban expansion and the formation of Matopiba within our territory express the growing occupation of the Amazon forest and discriminatory actions in the face of increasingly fragile environmental public policies, which result in environmental and social impacts on the space. The northern region is the largest region in terms of land area in our country, being the second least populated and with several demographic gaps, due to the occupation of the closed forest, as well as the rivers that make up the Amazon basin. According to IBGE (2010), it is the Brazilian region with the highest concentration of indigenous people and about 70% of its inhabitants declared themselves black in the last demographic census of 2010.

Blacks, indigenous people and other groups, whether or not from traditional communities, suffer in the middle of the 21st century, diverse actions that promote exclusion and discriminatory practices. Several articles presented on news websites and newspapers express the resistance and struggle for rights within the Amazon region. Child sexual exploitation, gender discrimination and social inequality are striking features in the face of interventional actions, by the State and by multinational groups. Becker (2010) lists exogenous actions as a prevailing stamp in the cultural arrangement of the forest and establishes the impacts on this socioeconomic intervention. Santos (1996) exposes, in the face of critical geography and the globalized world, the relationship that contributes to the increase in social inequality, in view of technological advances, from the informational scientific-technical revolution and the arrangements that enable greater concentration of investments and wealth within Brazil, traditional communities, as well as economic activities and rituals inherited between different generations.

**Keywords:** Territoriality. Resistance. Traditional Communities. Amazon Rainforest.

## **Introdução**

Um dos maiores patrimônios naturais do território brasileiro e da humanidade é a floresta amazônica. Entretanto, historicamente esta região é marcada por conflitos territoriais, extrativismo mineral e a relação do garimpo sobre a região, são problemas que ao longo dos anos vem aumentando consideravelmente, principalmente com a formação de pequenos vilarejos e povoados que formaram diversos municípios.

E é nessa perspectiva que o presente artigo tem por objetivo abordar a resistência de comunidades na floresta amazônica, relacionando os grupos e comunidades tradicionais, que atuam em defesa da preservação das atividades exercidas pelos povos, bem como na continuidade de uma floresta em pé e da garantia dos direitos exercidos sobre o espaço. A relação direta entre o capital e meio ambiente a busca pela sustentabilidade e os conflitos fundiários, são assuntos chaves abordados no decorrer desta temática. O retrato da população negra, ribeirinhos e produtores familiares, são utilizados como base para apresentação das características locais e do cenário destrutivo diante dos interesses de latifundiários e de grandes organizações empresariais que ali se fazem presentes.

Na primeira parte do artigo é apresentada o contexto histórico e contemporâneo da questão agrária no Brasil, que historicamente foi marcado por diversos tratados e acordos territoriais e como estes afetaram um dos maiores patrimônios do território brasileiro. No segundo momento, realizamos uma breve análise da história do negro no Brasil na qual o trabalhador não era visto como ser humano, mas sim como mercadoria pertencente a outro homem que por mais de três séculos foi à principal relação de trabalho no território brasileiro através da mão de obra escravizada.

Em seguida trouxemos a resistência das comunidades tradicionais, frente às questões agrárias na Amazônia, a luta de ribeirinhas e demais comunidades que dentro da Amazônia refletem a resistência perante questões do mundo capitalista marcado pela desigualdades sociais e conflitos fundiários. Por fim, é retratado a comunidades quilombolas na Amazônia, destacamos aqui que apesar de mais de três séculos de escravidão no Brasil, pouco se fala sobre a presença africana nos quilombos existentes na região, bem como a luta pela permanência em territórios historicamente tradicionais que sofrem violações de direitos humanos, mesmo com o direito a terra garantida por lei.

## **Contexto histórico e contemporâneo da questão agrária no Brasil**

O Brasil apresenta em seu território uma organização fundiária desigual, sendo assim definido pela geografia, um país de intensa concentração fundiária. Segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o último censo agropecuário, realizado no ano de 2006, dentro do território brasileiro, aproximadamente 90% das propriedades rurais do país, se enquadram na modalidade de agricultura familiar, no entanto, representam apenas 27% das terras agricultáveis brasileiras. O processo de concentração fundiária dentro do território brasileiro, pode ser analisado entre todos os biomas, com destaque para a Mata atlântica e Cerrado, ambos classificados por Normas Meyers como *hotspot*. Termo que estabelece áreas de grande biodiversidade, em estágio elevado de degradação, sob máxima atenção do poder público, principalmente para espécies da fauna e da flora que precisam ser preservadas.

Na atualidade destacamos a floresta amazônica. Um dos maiores patrimônios naturais do território brasileiro, em avanço no processo de degradação, relacionados a agropecuária, extrativismo e a biopirataria. Onde muitas comunidades tradicionais, estão perdendo suas propriedades, devido o avanço do agronegócio. Becker (2008), em sua obra geopolítica na virada do III milênio, estabelece a relação existente entre o ser humano e o espaço ocupado, como base aos processos produtivos, que mesmo diante de políticas ambientais estruturas em cúpulas, não contribuem com o processo de preservação florestal.

No Brasil, historicamente foram realizados diversos tratados e acordos. Entre eles podemos citar o tratado de Tordesilhas, realizado pela coroa portuguesa e espanhola em 1494, cujo objetivo foi dividir terras da América do Sul, entre os dois colonos. Nas terras pertencentes a Portugal, houve uma estruturação na qual o território foi dividido em capitanias hereditárias, sendo administrados pelos donatários, pessoas de confiança da coroa portuguesa e que detinha de elevado poder aquisitivo, a ponto de desenvolverem o espaço e as bases produtivas. Para Milton Santos (2012), o espaço pode ser analisado em três períodos distintos, na qual o processo de ocupação do ser humano no espaço e sua produtividade acontece de modos diferentes. No meio natural, Santos afirma que o ser humano, mantém uma relação harmoniosa com o espaço, produzindo de acordo com suas necessidades. Grande parte da população neste período

que antecede o século XVIII, habita em zona rural e não dispõe de técnicas produtivas avançadas, apenas as rudimentares, o que dificulta e limita a produção. O Meio técnico, pode ser visto a partir do século XVIII, onde a evolução proporcionada pela I revolução industrial, eclodida na Inglaterra, continente europeu, possibilita, o crescimento das migrações campo – cidade e o desenvolvimento de maquinários. Através da revolução agrícola, inicia o período urbano industrial em muitas cidades europeias, modificando o sistema produtivo e aumentando os impactos sobre o meio ambiente.

O uso de combustíveis fósseis, o aumento do desmatamento para a produção de matéria prima, são fatores relacionados a este propósito. Durante o século XX, Santos (1996) estabelece o período do meio técnico científico informacional, onde através da globalização e a revolução verde de 1966, a produção agropecuária e a relação do ser humano com o espaço, passa por intensas mudanças, relacionadas ao avanço produtivo e os impactos ambientais. Para o Geógrafo David Harvey, em sua obra Espaços de esperança, o processo de acumulação de capital, foi uma questão geográfica, onde as relações sociais e técnicas produzem espaços de forma desigual.

Como podemos observar em escala global, a nova ordem mundial, estabelecida a partir da década de 90, pós bipolarização. O mundo está classificado em países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos, onde a produtividade e as tecnologias agregadas são diferentes e refletem na comercialização. Brasil, China e Índia se destacam na produção de alimentos no mundo, sendo os países com os maiores percentuais produtivos além é claro dos Estados Unidos e países da União europeia e o Reino Unido. A diferença entre o Brasil e as potências demográficas da Ásia, está justamente no público que recebe as mercadorias e benefícios. O nosso país, prioriza o mercado externo e a comercialização de produtos em *commodities*, diferente da China e da Índia que priorizam a comercialização interna.

Durante o período colonial, seja na América, Ásia ou África, territórios colonizados por europeus, a principal modalidade de produção, foram os *Plantations*, que consiste na ocupação de grandes espaços, exploração de mão de obra escrava, monocultura e comercialização no mercado externo. Ainda são comuns em países destes continentes, práticas similares as que marcaram o período colonial e favorecem a concentração fundiária. Apresentado por Cândido (2017), as ações externas condicionadas pelo capitalismo e avanço da economia global em relação a alta produtividade, possibilitam regressos na permanência de comunidades tradicionais e no desenvolvimento da agroecologia.

Em 1850 foi criado no Brasil a Lei de Terras, que tinha como principal finalidade, garantir o direito de acesso à terra por grande parte dos cidadãos brasileiros, ainda no período imperial. Porém, esta lei, destinava a aquisição de terras, apenas com o pagamento em dinheiro, o que acabou sendo inacessível a grande parte da população entre eles os negros, que no final do século XIX, foram abolidos do trabalho escravo. Ainda neste período, uma prática recorrente nos espaços rurais era a grilagem, que consiste no processo de falsificação de documentos fundiários, buscando conferir “legalidade” a terras, que na verdade, foram irregularmente ocupadas ou tomadas.

No Século XX, o mundo e o Brasil, passam por grandes transformações, oriundas da segunda revolução industrial, crise de 29 e o tratado de Petrópolis, que amplia a região, destinada a floresta amazônica legal, bem como a região norte, através da incorporação do hoje estado do Acre, como um território brasileiro. Neste mesmo século, o Brasil deixa de ser considerado um país, agroexportador e passa a categoria de país urbano industrial, iniciando a produção de roupas e alimentos, bens de consumo não duráveis, sem grande tecnologia necessária em sua produção.

A partir da década de 60, foi anunciada em Washington nos Estados Unidos a revolução verde, cujo dilema foi acabar com a fome no planeta, devido à criação de novas técnicas produtivas e maquinários inovadores. Infelizmente a fome, não acabou, pois como sabemos, a fome é resultado da desigualdade na distribuição dos alimentos e não na baixa produção. A mudança mais significativa no território brasileiro e em outros países, consistiu na mecanização das lavouras, que, a partir da inserção de técnicas mais modernas, de cultivo, passaram a depender de uma quantidade cada vez menor de mão de obra, levando desta forma a um aumento considerável da migração, campo – cidade e proporcionando a emancipação de diversas cidades entorno da Br163, integrando a capital do Estado de Mato Grosso a Santarém no estado do Pará em meio a faixa do cerrado e principalmente do bioma Amazônia.

O Brasil é considerado de acordo com o IBGE, urbanizado, desde a década de 70, período que consolidou um maior índice de habitantes em zona urbana, comparado a zona rural. Porém, a urbanização do território brasileiro, não foi planejada e ocorreu de forma acelerada, necessitando de infraestrutura básica, de atendimento aos habitantes oriundos da zona rural, favorecendo a ocupação deles em áreas irregulares, como margens de rios e encostas. Brito (2018), relata a desigualdade na distribuição populacional do Brasil, concentrando principalmente em cidades com 500.000

habitantes aproximadamente, cidades que na atualidade, enfrentam desafios relacionados a ausência de planejamento urbano e resultaram em ocupações irregulares.

Durante o século XX, a região amazônica sofre grandes transformações e um aumento demográfico, indicado pelo IBGE, devido ao crescente fluxo migratório, realizado pelo ciclo da borracha e as campanhas governamentais de integração nacional. Para Becker (2010), este processo acompanhado pela globalização, favoreceu maior incorporação da floresta como espaço de produção, realizados de formas oportunas em tempos diferentes pelos agentes exógenos. Na década de 60, Pedro Pinchas, autor da regionalização do Brasil em regiões geoeconômicas, classifica a floresta amazônica, como sendo a região do futuro. O relato foi realizado em comparação as demais regiões geoeconômicas brasileiras, na qual o Nordeste, foi classificado como a região do passado e a centro sul como a região do presente.

Pinchas (1966) afirma que na década de sessenta, a região amazônica estava passando por um processo de desenvolvimento socioeconômico, estabelecido, não só pelo ciclo da borracha, como também pela instalação da zona franca de Manaus. Pólo produtivo industrial, instalado na capital do estado do Amazonas, que resultou no aumento da produção e descentralização industrial do território brasileiro, além da criação da superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Neste período a região norte possuía somente três estados; Amazonas, Pará e o então elevado à categoria de estado Acre.

É importante destacar que o Acre, foi considerado um território federal, sendo administrado pela União até a década de 60, assim como Rondônia que chegou a ser denominado de Guaporé, Roraima, denominada de Rio Branco e o Amapá. Ambos elevados a categoria de Unidade da federação somente na constituição de 88, assim como o estado de Tocantins que foi dividido do estado de Goiás e integrado a região norte, constituindo a maior região em extensão territorial com sete estados e a segunda menor em quantidade populacional com cerca de 16 milhões de habitantes, segundo o último censo demográfico realizado pelo IBGE (2010).

Na região amazônica, uma das áreas que vem passando por uma intensa produção de soja é denominada de Matopiba, correspondente ao sul dos estados do Maranhão e Piauí e Oeste da Bahia, ambos localizados na região nordeste e o extremo norte do estado de Tocantins cuja área, representa uma expansão da fronteira agrícola nacional, no século XXI, evidenciando o crescente índice de desmatamento, devido ao agronegócio. Carter (2010), comparando o índice de Gini às questões agrárias em países

em desenvolvimento, constatou que o Brasil ocupa a primeira colocação em concentração fundiária e desigualdade social entre os países emergentes, seguido pela Argentina e Colômbia, ambos localizados na América do Sul. Análise conclusiva da desigualdade no acesso a propriedade rural dentro do nosso território. Resultado de políticas públicas, destinadas aos latifundiários e as produções modernas, vista a partir da segunda metade do século XX e a deficiência no incentivo à produção familiar e subsídios ao pequeno agricultor.

O movimento artístico de forte imponência sobre a cultura brasileira, representada na história, foi o pré-modernismo, que analisou as questões políticas e os aspectos sociais dentro do território brasileiro. Cunha (2002), como grande representante da literatura deste período, que marca a transição do Brasil império, para a república, define a luta pela terra em uma de suas principais obras, Os Sertões.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços do litoral. A sua aparência, entretanto, no primeiro lance de vista revela o contrário. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-quasímodo é o homem permanentemente fatigado. Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude. No revés o homem transfigura-se e da figura vulgar do tabaréu canhestro repondo, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinária. (CUNHA, 2002, p.36).

A referência apresentada no trecho acima, representa a luta do trabalhador do campo, no sertão nordestino em decorrência da seca e dos fatores adversos a produção, principalmente de subsistência. Cenário nordestino, que se faz presente na vida do trabalhador do campo em outros biomas brasileiros, entre eles a Amazônia legal, onde a busca pela terra é uma luta constante. Historicamente são debatidas ações que propõem a divisão regular de propriedades rural. Cerca de 2.000 anos, Platão e Aristóteles discutiam sobre a propriedade de terra. Na idade média não foi diferente, houve insurreição camponesa, buscando por melhores condições de vida. Luta continua na atualidade que busca pela atenção do poder público, através de políticas de incentivo ao pequeno produtor.

A revolução francesa do século XVIII, foi impulsionada por movimentos resultantes de conflitos por estrutura fundiária. E no século XX, aproximadamente quarenta países, promoveram a reforma agrária em seus territórios. Carter, ao analisar as desigualdades sociais, democracia e reforma agrária, realiza uma contextualização sobre

o processo de redistribuição de terras e riqueza desde o período dos hebreus, gregos e romanos, enfatizando o século XX, como o período de grande avanço em decorrência das políticas criadas pelos países. Os fatores demográficos, políticos e econômicos, são estabelecidos como os principais, para a ocorrência de reformas e desenvolvimento legislativo nas políticas de acesso à terra.

No Brasil o Movimento Sem Terra (MST), representa a luta pela reforma agrária e a redistribuição fundiária das propriedades que não cumprem sua função social. De acordo com dados do Instituto Nacional de colonização e reforma agrária (INCRA), no Brasil, atualmente, cerca de 1 milhão de famílias foram assentadas, em cerca de 88 hectares de terra, em um total de 9 mil assentamentos distribuídos pelo país. Carter (2010) analisa o processo de ocupações no período entre 1985 até 2006 e revela a região norte, como a região do país com o maior índice de famílias assentadas e área distribuída. Porém ainda existem muitas famílias em acampamentos, e os impasses provocados pela disputa de propriedades contabilizam milhares de vidas perdidas em conflitos fundiários.

De acordo com a Comissão Pastoral da terra (CPT), contabiliza em média mais de mil óbitos registrados em decorrência dos conflitos fundiários. Os estados do Pará e Maranhão, região conhecida como “bico do papagaio” são os estados da Amazônia legal, com maior índice de mortes por conflitos agrários. Entre os fatores que resultam nesta triste estatística, podemos citar a expansão da fronteira agrícola e as práticas de grilagem na região que afetam a permanência nas famílias e continuidade das comunidades tradicionais na região.

É importante salientar que o contexto agrário brasileiro e mundial, passa por intensos conflitos e crises em seus contextos históricos. É observado a partir da leitura e revisão bibliográfica para produção deste material, que a concentração fundiária e a dificuldade no acesso à terra vêm elevando nos últimos anos. Fatos retratados através de pesquisas e dados publicados, principalmente pelo IBGE e outros mecanismos informacionais. Os relatos apresentados pelo poder públicos e chefes de Estados, justificam que as políticas públicas, voltadas a maior e melhor distribuição fundiária, são realizadas, porém tem como grande obstáculo a burocracia, estabelecida pela ausência de políticas voltadas a população mais carente. A busca pelo espaço de apropriação e produção é contínua e asseguuração pela constituição brasileira, onde a partir do instante que os poderes representativos, não cumprem seus deveres o ato de ocupação se torna um direito.

## **Alguns apontamentos da história do negro no Brasil**

A tradição de luta contra as desigualdades e o racismo está presente no Brasil desde o final do século XIX a partir das primeiras articulações de lutas que foram travadas durante o período escravagista, até a implementação da Lei 10.639/03, na qual tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e a preocupação com a situação do negro assumiu uma importância se comparada a outras nações, pois aqui a herança da África está mais presente, porém menos valorizada, e essa desvalorização está pautada principalmente através das desigualdades sociais que foram evidenciadas ao longo do processo histórico.

Durante muito tempo, as memórias e histórias da população negra brasileira foram limitadas a escravidão e ao tráfico, e as suas representações estavam pautadas no processo escravagista, na qual foram esquecidas e ocultadas as diversas formas de resistências e ainda a idéia de uma relação harmoniosa perante os senhores.

A base dessa desigualdade está na constante denúncia no chamado mito da democracia racial, que durante o século XX foi apresentado por Gilberto Freyre, embora em sua obra *Casa Grande e Senzala* não estivesse escrito diretamente com este nome, descrevia uma convivência pacífica, harmônica e cuja miscigenação caracterizava uma particularidade do povo brasileiro. Posteriormente, autores como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg refutaram este pensamento, dizendo que no Brasil existia preconceito de raça e desigualdade entre brancos e não-brancos no plano econômico, educacional dentre outros indicadores.

Segundo Hasenbalg (1979, p. 114) o racismo é como uma construção ideológica incorporada e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, sendo este o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição.

O racismo no Brasil difere do que foi praticado na África do Sul durante o regime do Apartheid, bem como o racismo praticado nos Estados Unidos. O racismo que existe no Brasil segundo Abdias do Nascimento (2017, p. 41) é sutil e silencioso, pois é velado. Entretanto, isso não significa que não faça vítimas do que aquele que é explícito, faz vítimas de qualquer maneira o que se confirma na prática como mostram as estatísticas oficiais de violência, intolerância religiosa com praticantes de religiões de

matriz africana e vulnerabilidade e distanciamento social econômico que separam brancos e negros na sociedade.

Sobre isso, Munanga (2017, p.37) descreve que, a dificuldade está justamente nas peculiaridades do racismo à brasileira, que o diferenciam de outras formas de manifestações de discriminações na história da humanidade, como regime nazista, as leis de Jim Crow no sul dos Estados Unidos e o apartheid na África do Sul. No decorrer dos anos o racismo passou por várias mutações em suas figuras ligadas ao discurso, a cultura e social. De acordo com Arruda (2016, p. 14)

ainda hoje a visão associada ao negro pelo prisma do racismo atribui ao próprio negro as causas de sua condição, seja por acomodação, seja pela falta de qualidade para a ascensão social. Dessa forma, a pobreza dos negros e sua ausência nos espaços de poder e na produção de conhecimento foi naturalizada ao longo de nossa história, haja vista que no passado não se teve o cuidado ou a preocupação de registrar a luta dos negros ao longo do processo histórico do Brasil.

Por mais de três séculos a principal relação de trabalho no território brasileiro, foi a mão de obra escravizada, na qual o trabalhador não era visto como um ser humano, mas sim como uma mercadoria pertencente a outro homem que poderia ser comprada e vendida a qualquer momento. Corroboramos com Brito (2010) ao destacar que é inegável o poder senhorial e do Estado brasileiro durante o período escravista, principalmente nos registros da história oficial que ocultou e omitiu, mas isso não impediu as contribuições de homens e mulheres africanos e descendentes também de atuarem nesse cenário como pessoas dotadas de vontade.

### **A resistência das comunidades tradicionais, frente às questões agrárias na Amazônia**

A luta constante das comunidades ribeirinhas, dentro do território brasileiro, reflete a resistência de muitas comunidades tradicionais frente às questões relacionadas ao mundo globalizado. Santos (1996) acredita que a segunda metade do século XX, é marcada pela desigualdade social, conflitos fundiários, urbanos e políticos no Brasil e

no mundo. Agravados devido as intensas intervenções territoriais, sejam elas, pela presença cada vez maior das empresas globais ou até mesmo, pelo processo de intercâmbio cultural, promovido pelos veículos de comunicação. A exemplo, podemos citar a construção de barragens, o avanço da fronteira agrícola e a grilagem de terras.

De acordo com a comissão Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (CNPCT), pode-se caracterizar comunidades tradicionais, sendo quilombolas, faxinalenses, caiçaras, ciganos, catadores de mangaba, quebradeiras de coco – babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, extrativistas, pomeranos, retireiros do Araguaia e comunidades de fundo de pasto. Entre as principais lutas apresentadas por habitantes de comunidades tradicionais, podemos citar a regulamentação de terras e os impasses resultantes da vulnerabilidade social. Em que muitas famílias, vivendo sobre essas condições, não possuem acesso a serviços de educação e saúde. Serviços considerados básicos para todos os cidadãos brasileiros.

Campos Filho (2002), em sua obra sobre a tradição e ruptura do pantaneiro, estabelece a relação direta entre as diversas paisagens existentes neste bioma e o processo de sua formação e consolidação pela presença de diferentes povos, constituindo neste espaço comunidades tradicionais. Entre eles, podemos citar os indígenas e suas tradições locais, que possibilitaram ao longo da história a preservação deste e de outros biomas do Brasil.

De acordo com o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), a floresta amazônica destaca-se como grande referência global, no contexto indígena, sendo aproximadamente constituído por 200 mil pessoas, 420 povos diferentes, 86 línguas e 650 dialetos, ocupando uma área total de 21,5% da Amazônia legal. A floresta amazônica, apresenta como uma grande área de exploração e grande importância para a sociedade em geral. Representar a população indígena dentro do território brasileiro, é expressar o respeito e intensa significação da população nativa do nosso país. De acordo com IBGE, no período colonial, existiam em média seis milhões de indígenas em nosso território, e na atualidade, segundo o mesmo instituto, este número é inferior a um milhão de habitantes.

Historicamente, sabemos que a floresta amazônica possui grande importância, como área de exploração das conhecidas drogas do sertão. especiarias retiradas da floresta e comercializadas, em meados do século XIX, o ciclo da borracha, impulsionou o deslocamento migratório para região, no século XX, acompanhando assim o período de desenvolvimento no nosso território, passando por grande governantes como Getúlio

Vargas, que possibilitou a implantação das industriais de base, se concentrando na região centro sul e Juscelino Kubitschek, que em seu mandato, garantiu a integração nacional, através de seus planos e metas cinquenta anos em cinco. Desde então é observado um crescente desenvolvimento da região amazônica.

De acordo com Santos (1999), em regionalizar o território brasileiro em quatro Brasis, juntamente com a professora, Maria Laura Silveira, o mesmo estabelece a região amazônica, sendo uma região de constantes atrasos e falta de atenção por parte do poder público, onde mesmo diante das históricas políticas de atenção a região, através da construção de hidrovias, rodovias e da SUDAM, a região apresenta inúmeros fatores de lutas e necessidades para preservação do seu patrimônio histórico e ambiental. Luta está que contou com o apoio de Chico Mendes, durante a década de 80, incentivando a resistência dos seringueiros pela preservação da floresta e principalmente pela continuidade das atividades extrativistas. Que possibilitam recursos para a população e as cidades em geral, relacionadas à produção da principal matéria prima da borracha, de forma sustentável. As atividades econômicas relacionadas ao setor secundário, com a instalação da zona franca de Manaus, concentram diversas industriais globais, entre elas as asiáticas, Samsung e Honda, que utilizam o espaço produtivo e os incentivos governamentais para realizarem suas produções. Outra cidade da região amazônica, de grande destaque nos setores secundário e terciário é a capital do estado do Pará, Belém. Devido seu elevado índice populacional e posição geográfica estratégica, próximo a canais de escoamento, atrai empresas e negócios para a região.

Na atualidade a expansão da fronteira agrícola é o fator de grande impacto relacionado a produtividade local, que aumenta a concentração fundiária na região e reduz a área destinada a produção em menor escala, sob responsabilidade dos camponeses. O extrativismo mineral e a relação do garimpo sobre a região, são problemas históricos, relaciona-se principalmente a formação de pequenos vilarejos e povoados e foram contribuintes para formação de diversos municípios. Esta atividade econômica impacta diretamente o solo e os recursos hídricos. Impulsionando os conflitos entre habitantes de comunidades tradicionais, como ribeirinhos e aldeias indígenas e gera outros dilemas, entre eles a substituição. A exemplos, podemos citar a região de serra pelada, o grande carajás e a construção da usina de Belo Monte, mesmo não sendo retratada como uma exploração mineral, estabelece a invasão sobre a reserva indígena do Xingu. Diversos impactos ambientais e sociais sobre a floresta amazônica, foram cometidos historicamente, devido as explorações realizadas, como o

desmatamento, o desvio do curso natural do rio e a emissão de gás metano, através da decomposição de árvores submersas, atingindo diretamente comunidades tradicionais como ribeirinhos e indígenas, que necessitam dos recursos naturais, preservados para darem continuidade as suas tradições e subsistência.

A crescente exploração ilegal e não sustentável da floresta, contribuem para escassez constante de recursos e o impacto econômico as famílias que precisam da floresta de pé para realizar suas atividades. De acordo com dados apresentados pelo ISPN, obtidos através do projeto nova cartografia social brasileira, a Amazônia legal, possui cerca de 1.000 comunidades quilombolas, sendo todas elas mapeadas e distribuídas entre os estados da região, com destaque para os estados do Maranhão e do Pará, que visam principalmente manter viva, as tradicionais já realizadas pelos seus antecedentes.

São inúmeras as reportagens relacionadas aos conflitos fundiários, sendo noticiadas no território brasileiro, principalmente na floresta amazônica. A Amazônia legal é conhecida como a maior reserva de recursos naturais do planeta, de acordo com pesquisa e dados divulgados pelas companhias de amparo e cuidado da floresta e organizações não governamentais. Historicamente projetos associados a integração da floresta amazônica através da BR 163 (Cuiabá – Santarém) e a crescente criação de gado na região, expande a produção local e principalmente o processo de ocupação. Resultando no aumento de áreas degradadas e expansão nos índices de desmatamento, agravados pela criação de pastos e a plantação de soja, principalmente na região da matopiba.

De acordo com Benatti (2006), a expansão de áreas degradadas sobre a região amazônica, impacta diretamente o contexto ambiental, gerando prejuízos tais como a lixiviação e a desertificação de determinadas áreas, além dos impactos sociais, que resultam em muita violência e expropriação da população do campo para outros ambientes. Popularmente o sul do Pará é conhecida como “Terra sem lei”, denominada desta forma, devido aos intensos conflitos fundiários que acontecem nesta região, e a ausência de políticas públicas de amparo a população local. Girard(2006), destaca em seu atlas geográfico, a intensa concentração de conflitos, principalmente nos estados do Pará e Maranhão, já destacado anteriormente neste presente artigo. Benatti (2006), ressalta a grilagem, aquisição de terra irregular ou de forma ilegal, como um dos principais fatores decorrentes dos conflitos na região amazônica. Sabe-se que este processo fraudulento para aquisição de terras públicas e privadas, faz parte da história

fundiária do território brasileiro desde o século XIX, e até os dias atuais, gera conflitos em todas as regiões do país. Vale ressaltar que as terras adquiridas a partir do processo de grilagem, estabelece pela produção agrícola, pecuária e especulação.

Infelizmente os conflitos agrários, são históricos e estão distante do fim. Benatti (2006), ressalta os processos históricos que impulsionaram os conflitos fundiários na Amazônia bem como no Brasil, entre eles a grilagem de propriedades e a crescente concentração fundiária, em que milhares de pessoas morrem vítimas de ações diretas ou migram de suas propriedades como forma de preservação da vida. De acordo com o Instituto socioambiental, as condições adequadas de vida que garantam segurança populacional aos sobreviventes de conflitos agrários e a permanência das comunidades tradicionais na Amazônia, só serão possíveis, com amparo do poder público e políticas sociais que contenham a ação de criminosos e mantenha a estabilidade social na região.

Através de fiscalização, atuação dos órgãos de segurança e regulamentação como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Possibilitando o combate ao desmatamento e queimadas para a formação de áreas de pastagens e plantações, além de medidas de amparo aos índios, ribeirinhos, quilombolas e outras comunidades que habitam a floresta amazônica. Por fim, para a implantação destes projetos, e objetivos a serem alcançados pela sociedade. Esperam-se políticas públicas que visam desenvolvimento sustentável da região, comprometida, não só como foi o crescimento das atividades econômicas, como também do bem estar social e principalmente com a preservação da floresta.

### **Comunidades quilombolas na Amazônia**

A introdução da mão de obra escravizada no Brasil ocorreu durante o período colonial inicialmente pelos indígenas e posteriormente africana. A escravidão segundo Brito (2010, p.5) foi um regime de extrema violência (física, social, psicológica) que explica as desigualdades existentes até hoje no Brasil.

Ainda de acordo com Brito (2010, p. 7)

em todo o Brasil se utilizou mão de obra oriunda do tráfico: nos engenhos de açúcar no Nordeste, na extração de ouro nas plantações de café do Sudeste, na extração da borracha da Região Norte e nas áreas pecuaristas da Região Sul.

Por mais de três séculos a principal relação de trabalho foi através da mão de obra escravizada. No entanto, ocorriam atos de resistência, fugas e revoltas eram constantes e se davam de diferentes maneiras. Num cotidiano de opressão e de tensão constantes, homens e mulheres escravizadas lançavam mão de diversos atos para mostrar a sua insatisfação e barganhar, quando possível, melhores condições de vida e trabalho ou até mesmo a sua liberdade (BRITO, 2010, p.12).

Todavia, quando analisamos a região da Amazônia, lembramos apenas da sua biodiversidade, conflitos e ameaças a populações tradicionais como, por exemplo: indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais e agricultores familiares. Porém, pouco se fala sobre a presença africana e a política de estado. Verificamos que na Amazônia este assunto foi invisibilizado por muito tempo, mesmo que esta região possua cerca de 73,5% dos 15,8 milhões de habitantes da região norte segundo o IBGE<sup>6</sup> se auto declaram pretos e pardos, sendo o estado do Pará com maior número de pessoas.

Por muito tempo houve a idéia de a Amazônia ser marcada como uma região de cultura indígena, isso fez com que a escravidão e a cultura africana fossem colocadas num segundo plano, dessa forma, durante muito tempo esse tema constituiu-se num verdadeiro vazio na historiografia regional. É apenas a partir da década de trinta do século passado que começaram a surgir os primeiros estudos sobre a presença africana na região Amazônica (ALMEIDA apud FUNES, 1995, p.10).

No que tange as ações territoriais do estado, em 1988 com a Constituição Federal, ocorreu um marco para a luta e reconhecimento dos direitos das populações negras. Sobre isso, Leite (2000, p. 335) afirma que, o debate ganha um ambiente político nacional. E com isso, por trás de algumas evidências, pistas e provas, surgem novos sujeitos, territórios, ações e políticas de reconhecimento. E diante deste cenário, é

---

<sup>6</sup>G1. Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>. Acessado em: 13/04/2021.

destacado novas questões relacionadas a identidades que perpassam as lutas por cidadania.

Após a elaboração e discussão da Constituição, ocorreu uma nova reconfiguração no processo de territorialização no Brasil. Dito isso, surgiram lutas sociais, novos sujeitos de direitos e cidadania para com as comunidades de remanescentes de quilombolas. Com a publicação do Decreto 3.912/2001 pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso ocorreu a regularização fundiária e posteriormente as titulações dessas terras passaram pelo Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2001).

Os quilombos que se formaram em várias partes do Brasil durante todo o período escravista marcou presença e existiu em praticamente toda a extensão do território nacional. Segundo indica Soares apud Moura (1999), no final do século XVI, os quilombos ficaram conhecidos como de fugas e resistências, enquanto durou o regime escravista. Neste período, representavam a principal forma de luta dos negros contra a escravidão e o sistema opressão que lhe tirava a liberdade e a vida.

No cenário político atual ao falarmos dos quilombos e dos quilombolas, é falar sobre a garantia de uma qualidade de vida compatível com a dignidade da pessoa humana, sendo este um dos direitos presentes em nossa Constituição Federal. Segundo Leite (2000, p.333), embora pareça pertinente igualar a questão das terras de quilombos às terras indígenas, ambas são semelhantes apenas quanto aos desafios e embates já visíveis, no plano conceitual (quanto à identificação do fenômeno referido) e no plano normativo (quanto à definição do sujeito do direito, os critérios, etapas e competências jurídico-políticas).

Em todo território nacional, é possível encontrarmos comunidades quilombolas, reivindicando o direito à permanência e o reconhecimento legal da posse das terras ocupadas. Segundo dados disponibilizados no site da Fundação Palmares (2012) no Brasil já foram identificados cerca de 3.000 comunidades quilombolas e destas, mais de 1.826 são certificadas pela instituição supracitada totalizando cerca de 2,2 milhões de pessoas.

Essas titulações devem-se a luta em prol dos direitos quilombolas realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) órgão federal, que delimita e titula as terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. E é nesse sentido que Leite (2000, p. 335) destaca que, o quilombo significa para esta parcela da

sociedade brasileira, sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente apenas um passado a ser rememorado.

Entretanto, apesar de possuir raízes históricas cujo reconhecimento demorou mais de 300 anos, e que só foi possível ser oficializado após a Constituição Federal, o projeto de regulamentação encontra-se hoje ameaçado. Essas ameaças estão pautadas segundo Leite (2000, p.349) principalmente porque o processo em si esbarra em interesse das elites econômica envolvida na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias.

Nesse sentido, as lutas e conflitos se dão em espaços geográficos, como diz Arguedas (2017, p.72) onde ocorre uma ordem social dominante não é aceita passivamente, é questionada e confrontada, portanto, são os espaços e conflitos onde outros mundos possíveis lutam por se afirmar. Há uma forte valorização material e simbólica do espaço, na qual o território e as territorialidades são fundamento das estratégias de afirmação de direitos e autonomia por parte dos movimentos sociais (ARGUEDAS apud CRUZ, 2014, p.72-73). Historicamente as comunidades quilombolas sofrem violações de direitos humanos, de acordo com Arguedas (2017) ocorre um processo de expropriação de seus territórios que segue roteiro de injustiça em função da pressão exercida atualmente por agentes ligados ao agronegócio.

Segundo Castro (2017, p.9) conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros, marcam as imagens e tornam a violência uma chave de interpretação da sociedade. Riquezas naturais foram e continuam sendo objeto de cobiça. De acordo estudos realizados pelo Atlas Amazônia sob pressão<sup>7</sup>, as principais ameaça à maior floresta tropical do mundo colocam em perigo a preservação dos elementos naturais e culturais.

Esses conflitos que ocorrem na Amazônia são marcas do processo de desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Oliveira (2016) historicamente as minorias tem resistido às agressões sistemáticas da sociedade nacional. Para Porto (2017) esse processo de violações não é novidade na história nacional, e o movimento de resistência à opressão sofrida também não. Se por um lado, desde o processo de colonização, o território brasileiro foi explorado pelos colonizadores na retirada de

---

<sup>7</sup> Amazônia sob pressão. Realização RAISG; [tradução Nina Jacomini]. 1º Ed. São Paulo: ISA – Instituto socioambiental, 2021.

matérias primas como pau-brasil e metais preciosos, por outro ocorreu resistência de povos indígenas e negros perante a escravidão. Essa resistência esteve presente durante toda a construção da sociedade brasileira e permanece até os dias atuais.

Percebemos com isso, que ao longo da história do Brasil as populações negras assim como a indígena e demais minorias que habitam a Amazônia nos últimos anos vem sofrendo diversas ações que são realizadas pelo homem e com aval do Estado, desde a expansão da soja, criação de gado, exploração e expropriação dos territórios, bem como as ameaças, trabalho forçado dentre outras violações aos Direitos Humanos.

Entretanto, mesmo com a violência, a retirada de direitos e criminalização dos movimentos, acompanhada da apropriação de recursos naturais, os movimentos sociais lutam em defesa de direitos: sociais, étnicos e ambientais. Para Alves (2017, p. 101),

as mobilizações sociais articulada pelas chamadas comunidades quilombolas na busca por garantir direitos diversos, sobretudo o reconhecimento do direito às terras que habitam, são marcadas por conflitos em diversos campos sociais (sobretudo acadêmico, político e econômico). Além do próprio Estado, agentes do campo econômico desempenham papel fundamental nesta história, dada a sistemática intervenção promovida sobre terras e direitos de comunidades quilombolas.

Concordamos com Becker (1988) ao analisar que, as profundas mudanças estruturais que ocorreram na Amazônia tiveram um papel decisivo na sociedade civil organizada, governos estaduais e na cooperação internacional. E apesar de todo

Todavia, com a ascensão de um político de extrema direita no Brasil, com histórico de falas, atitudes racistas e a ausência de prioridades em políticas públicas ambientais que expõe ainda mais as minorias às estatísticas da violência e conflitos principalmente na região da Amazônia cujo interesse econômico está pautado pelos recursos naturais, ocorreu uma "autorização" de um nível de explicitação do racismo e conflitos maiores do que anteriormente, na qual impulsionaram racistas e grupos ligados ao desmatamento ilegal que antes estavam "escondidos", a saírem do armário.

## **Referências Bibliográficas**

ALVES, Suely Rodrigues. **Novos conflitos: a resistência quilombola e a persistência da lógica de exploração minerária.** In: Castro, Edna Ramos de. Território em

transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistência. Belém: NAEA, 2017. p.99-116.

ALMEIDA, Rozemberg Ribeiro de. **Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta**. XVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e diálogo social. Natal/RN. 23 a 26 Julho de 2013.

ARGUEDAS, Alberto Gutiérrez. **Identidade étnica, movimento social e lutas pelo território em comunidades quilombolas: o caso de acauã (RN)**. GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN 15177793 (eletrônico) Vol.19, No 39, 2017: jan./abr.

BRASIL. (2001), **Decreto nº 3.912**. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

BECKER, Bertha K. **Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira**. Fronteiras. Brasília: Editora UnB, p. 60-89, 1988.

BENATTI, J. H.; Santos, R. A.; **Pena da Gama, A.S. A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Ipam - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Série Estudos 8. Brasília: MMA, 2006.

BRITO, Luciana da Cruz. **Tópicos sobre a história do negro na sociedade brasileira**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BRITO, Fausto; HORTA Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL; Ernesto F.L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Belo Horizonte, 2001. 13 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Nova Cultura, 2002.

GIRARDI, E. P. **"Proposição teórico metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira"**. Tese (doutorado) em geografia. Presidente Prudente: Unesp, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010**. 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>>. Acesso: em 20 de maio de 2021.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iané Editorial, 2016, 530 p. Inclui bibliografia. 1. Geografia Agrária. 2. Agricultura Brasileira. 3. Fronteira. 4. Mato Grosso. 5. Grilagem.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Açaí/CNPq. 2011, 298 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

ROLLA, Alicia. **Amazônia sob pressão**. Realização RAISG; [tradução Nina Jacomini]. 1º Ed. São Paulo: ISA – Instituto socioambiental, 2021.

## **WEB SITE PESQUISADOS**

Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=19123>. . Acessado em: 30/05/2021.

G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>. Acessado em: 13/04/2021.

PORTO, Dayse. **A partir de marco históricos, linha do tempo ilustra conquistas do movimento quilombola**. Terra de direitos. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/a-partir-de-marcos-historicos-linha-do-tempo-ilustra-conquistas-do-movimento-quilombola/22712>. Acessado em: 31/05/2021.